

# **RELATÓRIO Nº 006/2023**

**Resultados Auditoriais e do Monitoramento das Contas Anuais da UO 1915 -Participação no aumento do capital social de empresas – Participação em empresas, do exercício financeiro de 2022.**

**21/03/2023**

## **QUAL FOI O TRABALHO REALIZADO?**

Trata-se de relatório dos resultados auditoriais e do monitoramento das contas anuais de exercícios anteriores de 2022, em atendimento às determinações do art. 10 da IN n° 14 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG), de 14 de dezembro de 2011, e da Decisão Normativa TCEMG n°. 02, de 19 de dezembro de 2022.

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

CGE – Controladoria-Geral do Estado

CSET – Controladoria Setorial – Secretaria de Estado de Fazenda

SEF/MG – Secretaria de Estado de Fazenda do Estado de Minas Gerais

TCEMG – Tribunal de Contas do Estado do Minas Gerais

UO - Unidade Orçamentária

DCGA – Diretoria Central de Gestão de Ativos

## SUMÁRIO

<b>1. Introdução .....</b>	<b>5</b>
<b>2. Ações de destaque .....</b>	<b>8</b>
<b>3. Auditorias realizadas .....</b>	<b>10</b>
<b>4. Providências adotadas .....</b>	<b>10</b>
<b>5. Resultado de monitoramento das decisões do Tribunal em contas anuais de exercícios anteriores .....</b>	<b>10</b>
<b>6. Outras ações relevantes .....</b>	<b>11</b>
<b>APENDICE A – Mapa de Acompanhamento das Recomendações de Auditoria.....</b>	<b>12</b>

## **1. Introdução**

Em cumprimento às determinações do art. 10 da Instrução Normativa nº 14 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG), de 14 de dezembro de 2011, e do art. 6º da Decisão Normativa TCEMG nº 02, de 19 de dezembro de 2022, apresenta-se o Relatório dos Resultados Auditoriais e do Monitoramento das Contas Anuais de Exercícios Anteriores de 2022 da unidade orçamentária 1915 - Participação no aumento do capital social de empresas – Participação em empresas.

Nossos exames foram realizados consoante normas e procedimentos de auditoria, incluindo, conseqüentemente, provas em registros e documentos correspondentes na extensão julgada necessária, segundo as circunstâncias, à obtenção das evidências e dos elementos de convicção sobre as ocorrências detectadas.

Os trabalhos de auditoria realizados em 2022 seguiram as diretrizes técnicas estabelecidas pela Resolução CGE nº 36, de 30 de novembro de 2021.

A execução dos trabalhos foi orientada pela Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais, nos termos da competência que lhe é atribuída pelo art. 49 da Lei nº 23.304, de 30 de maio de 2019, por intermédio da Auditoria-Geral do Estado.

O relatório está estruturado em tópicos e circunstanciado em sínteses para atendimento do art. 6º Decisão Normativa TCEMG nº 02/2022.

### **DA UO 1915 – PARTICIPAÇÃO NO AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL DE EMPRESAS – PARTICIPAÇÃO EM EMPRESAS.**

O Decreto Estadual nº 47.794, de 19 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Fazenda - SEF, determina no art. 45, inciso II, que a Diretoria Central de Gestão de Ativos - DCGA da Superintendência Central de Governança de Ativos e da Dívida Pública - SCGOV tem, entre outras competências, coordenar, controlar e executar os procedimentos necessários à gestão das participações societárias em empresas nas quais o Estado seja acionista, incluindo alterações do capital social e a distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio.

Ao longo do exercício de 2022, as ações envolvendo a gestão das participações acionárias do Estado, e por consequência, a execução e acompanhamento da UO 1915,

**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA**  
**Controladoria Setorial**

integrou as atividades da Diretoria Central de Gestão de Ativos – DCGA, responsável pela elaboração da Prestação de Contas.

A Unidade Orçamentária 1915, vinculada à Secretaria de Estado de Fazenda – SEF, tem como função a gestão orçamentária, financeira, contábil, patrimonial e operacional dos atos relacionados às inversões financeiras para as empresas nas quais o Estado detém o controle.

A UO 1915 é composta pela Unidade Executora 1910015 – EGE/SEF - Participação no Aumento do Capital Social de Empresas que realiza os atos de gestão das seguintes empresas públicas e sociedades de economia mista.

EMPRESA	CNPJ
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CODEMIG	19.791.581/0001-55
MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S/A – MGI	19.296.342/0001-29
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS - CODEMGE	29.768.219/0001-17
MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S/A – MGS	33.224.254/0001-42
COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS – PRODEMGE	16.636.540/0001-04
COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS – COHAB	17.161.837/0001-15
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS – COPASA	17.281.106/0001-03
BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MG – BDMG	38.486.817/0001-94
COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS – CEMIG	17.155.730/0001-64
TREM METROPOLITANO DE BELO HORIZONTE S.A. - METROMINAS	03.919.139/0001-21
EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE MINAS GERAIS LTDA – EMINAS	17.478.793/0001-51
EMC – EMPRESA MINEIRA DE COMUNICAÇÃO RÁDIO INCONFIDÊNCIA	20.234.423/0001-83
EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS – EMATER	19.198.118/0001-02
EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUARIA DE MINAS GERAIS - EPAMIG	17.138.140/0001-23

De acordo com a Lei Orçamentária Anual nº 24.013 de 30 de novembro 2021 - LOA/2022, coube à Unidade Orçamentária 1915 a execução de ações inseridas no Programa 705 – Apoio às Políticas Públicas, que tem a função de apresentar os objetivos e orientar as ações governamentais.

PROGRAMA	OBJETIVO DO PROGRAMA	UNIDADE RESPONSÁVEL
705 - Apoio às Políticas Públicas	Desenvolver atividades de suporte à consecução das políticas públicas dos órgãos e entidades governamentais, em relação às quais não se possa associar um bem ou serviço a ser disponibilizado diretamente à sociedade.	1501 – Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão.

**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA**  
**Controladoria Setorial**

A execução das ações programadas não foi prejudicada e/ou inviabilizada. A principal medida adotada para garantir a execução das ações é a gestão das participações acionárias do Estado, realizada por meio da interlocução entre o Gabinete da Secretaria de Fazenda, as instâncias Centrais da Governança do Estado e pela Subsecretaria do tesouro Estadual, por meio de sua Superintendência Central de Governança de Ativos e da Dívida Pública - SCGOV.

Os fluxos são estabelecidos para que se mantenha o alinhamento entre a execução das ações e as diretrizes governamentais, além da avaliação tempestiva dos impactos para o Tesouro Estadual, garantindo, portanto, os interesses do Estado acionista.

UNIDADE RESPONSÁVEL	FINALIDADE	PRODUTO	PÚBLICO-ALVO
UO 1915 Participação no Aumento do Capital Social de Empresas	Viabilizar o aporte de recursos nas estatais, tendo em vista capitalizar a empresa e garantir o alcance dos respectivos objetivos institucionais.	Aporte realizado	Empresas em que o Estado de Minas Gerais Possui participação no capital social.

Uma das especificidades da Unidade Orçamentária 1915 é o fato de que a decisão do acionista controlador em aumentar o capital social das empresas controladas ocorre, conforme a dinâmica corporativa das deliberações ocorridas nas Assembleias Gerais e Conselhos de Administração ao longo do exercício. Assim, a prática de abertura orçamentária simbólica na Lei Orçamentária Anual nº 24.013 de 30 de novembro 2021 – LOA/2022 (na fonte 10, e valor inicial aprovado de R\$ 1.000,00) acarreta variações significativas nos índices de desempenho, especialmente a eficiência de planejamento e o desempenho orçamentário, os quais, na maioria das vezes, apresentam desempenho anômalo, com status crítico ou subestimado. O índice Eficiência de Execução, por sua vez, não considera a abertura orçamentária simbólica, mas sim o crédito autorizado durante o exercício em relação à execução.

Com o objetivo de viabilizar o cumprimento das metas e prioridades da administração pública estadual no âmbito da UO 1915, observadas as disposições legais em vigor, no decorrer do exercício de 2022, foram realizadas aberturas de créditos suplementares, conforme tabela a seguir:

**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA**  
**Controladoria Setorial**

Despesa realizada por ação

Código da Ação	Crédito Inicial (R\$)	Suplementação (R\$)	Crédito Autorizado (R\$)	Despesa Realizada (R\$)
7541- CODEMIG	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00
7054-CODEMGE	1.000,00	320.669.214,44	320.670.214,44	320.669.214,44
7734 - COHAB	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00
7737 - COPASA	125.001.000,00	252.295.557,90	377.296.557,90	377.295.557,90
7723 - PRODEMGE	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00
7758 - CEMIG	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00
7707 - MGS	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00
7700 - MGI	1.000,00	240.395.140,74	240.396.140,74	240.395.140,74
7752 - BDMG	151.000,00	107.222.567,25	107.373.567,25	107.319.233,25
7759- METROMINAS	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>125.160.000,00</b>	<b>920.582.480,33</b>	<b>1.045.742.480,33</b>	<b>1.045.679.146,33</b>

## 2. Ações de destaque

### 2.1 - Avaliação da Maturidade e Desempenho da Gestão Fiscal (MD-GEFIS)

A Controladoria Setorial subsidiou a avaliação da Gestão Fiscal do Estado de Minas Gerais, promovida pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em fevereiro de 2019, com a utilização da metodologia de Avaliação da Maturidade e Desempenho da Gestão Fiscal (MD-GEFIS), que contemplou a avaliação da Administração Financeira e Qualidade do Gasto Público – Eixo III.

Essa avaliação é de grande importância para os Estados federados, pois, por meio dela, é possível se obter um diagnóstico dos processos de trabalho de todas as áreas envolvidas nas atividades da Gestão Fiscal, que compreendem a Gestão Fazendária e a Transparência Fiscal; a Administração Tributária e o Contencioso Fiscal; e a Administração Financeira e a Qualidade do Gasto Público. Cada uma dessas áreas corresponde a um eixo da avaliação MD-GEFIS.

O Eixo III - Administração Financeira e Qualidade do Gasto Público trata dos aspectos vinculados aos processos do orçamento, da gestão financeira e do gasto público do

**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA**  
**Controladoria Setorial**

Estado. Níveis altos de maturidade neste eixo permitem ao Estado gerir melhor os recursos públicos e alcançar maior qualidade e eficiência do gasto.

As seguintes Dimensões foram avaliadas no Eixo III:

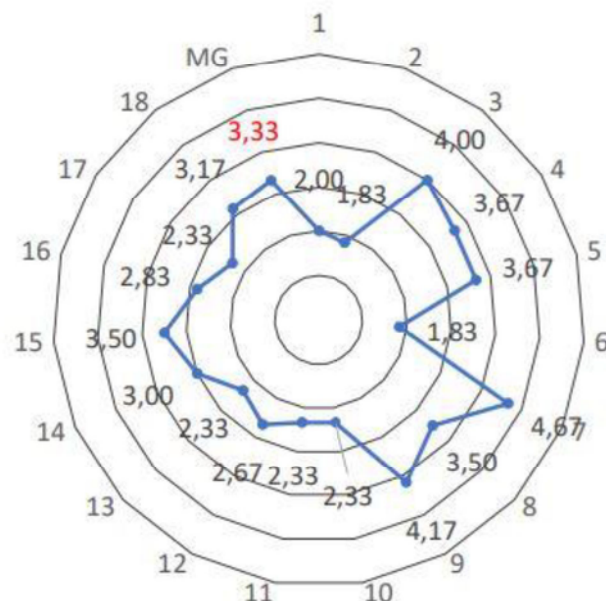
- Planejamento e execução orçamentária
- Políticas, programação e execução financeira
- Gestão de ativos e passivos
- Gestão contábil
- Gestão da dívida pública
- Gestão de custos e gastos públicos

Como conclusão da avaliação, a MD-GEFIS revelou alto grau de maturidade da gestão fiscal no Estado de Minas Gerais e identificou forças e oportunidades de melhoria, o que permite ao gestor orientar seu planejamento estratégico, com vistas a potencializar seus resultados e priorizar seus investimentos. Nessa direção, o resultado da avaliação da MD-GEFIS na SEF passou a subsidiar o seu planejamento e a gestão das suas estratégias, com vistas a potencializar novos avanços na maturidade da gestão fiscal em MG.

No Eixo III, o resultado global obtido pelo Estado de Minas Gerais está acima do resultado médio dos 18 Estados à época avaliados pela MD-GEFIS, destacando-se a Gestão Contábil como a dimensão mais forte do Eixo: Vide Gráfico 3.

Gráfico 3

Eixo III - Administração Financeira e Gasto Público (AF)  
Comparativo da média do Minas Gerais com a média dos demais 18 Estados  
Média dos Estados Eixo III = 2,99



Ufs: 1 a 18  
Nota máxima = 6

### 3. Auditorias realizadas

Conforme determinado na Decisão Normativa TCEMG nº 02/2022, em seu Anexo V, item V, primeira parte, informamos que foi realizado o monitoramento e avaliação das providencias adotadas pela SEGOV/STE em relação às recomendações de auditoria registradas em Relatório de Auditoria n.º 022/2021, que tratou da Gestão de Riscos do processo de “Análises de elegibilidade de indicações para conselhos de estatais e apoio técnico aos órgãos colegiados CCGE e COFIN, incluindo avaliação da conformidade da classificação das informações”, contidas do Mapa de Acompanhamento das Recomendações de Auditoria – Documento SEI 58660179, Apêndice A deste relatório.

### 4. Providências adotadas

As providencias adotadas pela SEGOV/STE em relação às recomendações de auditoria registradas em Relatório de Auditoria n.º 022/2021, que tratou da Gestão de Riscos do processo de “Análises de elegibilidade de indicações para conselhos de estatais e apoio técnico aos órgãos colegiados CCGE e COFIN, incluindo avaliação da conformidade da classificação das informações”, estão contidas do Mapa de Acompanhamento das Recomendações de Auditoria – Documento SEI 58660179, Apêndice A deste relatório.

### 5. Resultado de monitoramento das decisões do Tribunal em contas anuais de exercícios anteriores

A Decisão Normativa TCEMG nº 02/2022 determina em seu Anexo VI, item V, segunda parte, que a unidade de auditoria informe sobre o resultado de monitoramento das decisões do Tribunal em contas anuais de exercícios anteriores.

Em pesquisa no site [www.tce.mg.gov.br](http://www.tce.mg.gov.br) não foram identificados processos pendentes relacionados com as contas anuais de exercícios anteriores da unidade - Participação no Aumento do Capital Social de Empresas – Participação em Empresas.

**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA**  
**Controladoria Setorial**

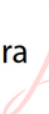
6. Outras ações relevantes

Não foram executadas outras ações relevantes pela CSET/SEF, relacionadas com a UO 1915.

Belo Horizonte, 21 de março de 2023.

Soraia Leal  Assinado de forma digital  
por Soraia Leal Costa  
Dados: 2023.03.24  
11:34:18 -03'00'  
Costa  
Soraia Leal Costa  
MASP 668.807-8  
Gestor Fazendário

De acordo.

Ellen  Assinado de forma  
digital por Ellen  
Silveira Reis  
Dados: 2023.03.24  
11:26:02 -03'00'  
Silveira  
Reis  
Ellen Silveira Reis  
MASP 306.808-7  
Controladora Setorial da SEF/MG

## APENDICE A – Mapa de Acompanhamento das Recomendações de Auditoria

Data		Número do Relatório		Unidade Auditada	
09/08/22		022/2021		DCGE/SCGOV	
Informações do Gestor					
Descrição		Ações empreendidas	Situação Atual	Comentários ou justificativas	Proposta de novo prazo para implementação
1	<i>Aprimoramento do Manual de Instrução de Pleitos a Serem Analisados pela SCGOV/DCGE e disseminação aos interlocutores</i>	O Manual de Instrução de Pleitos foi revisado no curso de 2022. Também, foi disponibilizado em 08/10/2022, por e-mail, aos interlocutores.	<b>(X) Implementada</b> <input checked="" type="checkbox"/> Conforme documento de auditoria <input type="checkbox"/> Por meio de medidas alternativas <input type="checkbox"/> Parcialmente, com justificativa <b>( ) Não implementada</b> <input type="checkbox"/> Ausência de providências <input type="checkbox"/> Medidas em curso <b>( ) Em implementação</b> <input type="checkbox"/> Excluída/não se aplica	O Manual de Instrução de Pleitos é atualizado continuamente com o objetivo de aprimorar os processos de análise da DCGE e para se manter atualizado de acordo com a legislação aplicável.  No exercício de 2023, será realizado evento com a participação de todos os interlocutores para reforçar ainda mais a importância do manual.	
2	<i>Intensificar a disseminação aos interlocutores das matérias a serem submetidas ao CCGE e COFIN</i>	A publicização do Manual de Instrução de Pleitos, bem como contatos frequentes com os interlocutores, foram os meios utilizados para intensificar o conhecimento das matérias a serem submetidas ao CCGE e COFIN.	<b>(X) Implementada</b> <input checked="" type="checkbox"/> Conforme documento de auditoria <input checked="" type="checkbox"/> Por meio de medidas alternativas <input type="checkbox"/> Parcialmente, com justificativa <b>( ) Não implementada</b> <input type="checkbox"/> Ausência de providências <input type="checkbox"/> Medidas em curso <b>( ) Em implementação</b> <input type="checkbox"/> Excluída/não se aplica	Os contatos ocorrem de forma frequente, por ocasião da tramitação dos pleitos. Nessas oportunidades, são transmitidas orientações, reforçando o teor da deliberação do CCGE no Ofício Circular CCGE nº. 2/2020.  No exercício de 2023, será realizado evento com a participação de todos os interlocutores para reforçar ainda mais a governança.	

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA  
Controladoria Setorial

Data	Número do Relatório		Unidade Auditada	
09/08/22	022/2021		DCGE/SCGOV	
<b>Informações do Gestor</b>				
3	<p>Realizar cursos de reciclagem e treinamentos específicos; compartilhamento entre os analistas de conhecimentos e dúvidas; padronização de análises técnicas; atendimento ao prazo de submissão de pleitos pelas estatais.</p>	<p>Os analistas realizaram cursos e participaram de eventos com o objetivo de aprimorar o conhecimento existente e incorporar novos conhecimentos.</p> <p>A padronização de análises técnicas vem sendo realizada, por meio do aprimoramento das análises, consubstanciada nas últimas notas técnicas que são utilizadas como modelo e/ou referência.</p>	<p><b>( X ) Implementada</b>  <input checked="" type="checkbox"/> Conforme documento de auditoria  <input type="checkbox"/> Por meio de medidas alternativas  <input type="checkbox"/> Parcialmente, com justificativa</p> <p><b>( ) Não implementada</b>  <input type="checkbox"/> Ausência de providências  <input type="checkbox"/> Medidas em curso</p> <p><b>( ) Em implementação</b>  <b>( ) Excluída/não se aplica</b></p>	<p>Os analistas realizaram cursos durante o exercício de 2022, mediante emissão de certificados, entre os quais:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Programa de Desenvolvimento de Conselheiros</li> <li>2. Programa de Gestão Avançada;</li> <li>3. Valuation (Avaliação de Empresas)</li> <li>4. Participação 74ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Dirigentes de Regimes Próprios de Previdência Social – CONAPREV</li> <li>5. Gestão de Pessoas</li> <li>6. Aprendendo com Python</li> <li>7. Liderança Officeless</li> <li>8. Comportamento Inovador</li> <li>9. R Fundamentos Para Análise de Dados</li> <li>10. Segurança da Informação - na sociedade do Conhecimento</li> <li>11. Treinamento em Power Bi</li> <li>12. Participação no 23º Congresso IBGC - Governança de Impacto - As melhores práticas do amanhã.</li> </ol> <p>O compartilhamento de conhecimentos e dúvidas ocorre por meio da interação entre os servidores. Os interlocutores têm buscado orientação sobre os prazos de submissão dos pleitos.</p>

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA  
Controladoria Setorial

Data		Número do Relatório		Unidade Auditada	
09/08/22		022/2021		DCGE/SCGOV	
<b>Informações do Gestor</b>					
4	<i>Disseminar o papel da governança corporativa estadual e a necessidade de alinhamento das estratégias de governo</i>	A disseminação e alinhamento tem ocorrido por meio de contatos prévios com os interlocutores das estatais, membros do CCGE e representante da Advocacia Geral do Estado	<input checked="" type="checkbox"/> <b>Implementada</b> <input type="checkbox"/> Conforme documento de auditoria <input checked="" type="checkbox"/> Por meio de medidas alternativas <input type="checkbox"/> Parcialmente, com justificativa <input type="checkbox"/> <b>Não implementada</b> <input type="checkbox"/> Ausência de providências <input type="checkbox"/> Medidas em curso <input type="checkbox"/> <b>Em implementação</b> <input type="checkbox"/> <b>Excluída/não se aplica</b>	Os contatos ocorrem por reuniões, telefone e mensagens de e-mail.	
5	<i>Aperfeiçoar as bases de dados por meio de novas tecnologias; intensificar a atualização de base de dados; melhorar a gestão de arquivos digitais</i>	A base de dados (informações de conselheiros) foi migrada para um novo sistema desenvolvido por meio de recurso humano da própria DCGE, incorporando novas tecnologias.  Os arquivos digitais armazenados na rede foram analisados, organizados e migrados para o SharePoint da Diretoria.	<input checked="" type="checkbox"/> <b>Implementada</b> <input checked="" type="checkbox"/> Conforme documento de auditoria <input checked="" type="checkbox"/> Por meio de medidas alternativas <input type="checkbox"/> Parcialmente, com justificativa <input type="checkbox"/> <b>Não implementada</b> <input type="checkbox"/> Ausência de providências <input type="checkbox"/> Medidas em curso <input type="checkbox"/> <b>Em implementação</b> <input type="checkbox"/> <b>Excluída/não se aplica</b>	O sistema desenvolvido para gerenciamento da informação de conselhos, assim como a migração do armazenamento de informações para o SharePoint, não implicaram gastos adicionais para a secretaria, por envolver apenas recursos humanos da própria DCGE.	
6	<i>Intensificar rotina de tratamento dos dados e informações com restrição ou sigilo.</i>	O tratamento das informações com restrição ou sigilo foi aprimorado por meio da classificação adequada dos processos e documentos utilizados no SEI.  As mensagens de e-mail passaram a conter alerta de informação confidencial ou privilegiada.	<input checked="" type="checkbox"/> <b>Implementada</b> <input checked="" type="checkbox"/> Conforme documento de auditoria <input type="checkbox"/> Por meio de medidas alternativas <input type="checkbox"/> Parcialmente, com justificativa <input type="checkbox"/> <b>Não implementada</b> <input type="checkbox"/> Ausência de providências <input type="checkbox"/> Medidas em curso <input type="checkbox"/> <b>Em implementação</b> <input type="checkbox"/> <b>Excluída/não se aplica</b>		

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA  
Controladoria Setorial

Data		Número do Relatório		Unidade Auditada	
09/08/22		022/2021		DCGE/SCGOV	
<b>Informações do Gestor</b>					
7	<i>Intensificar o alinhamento prévio de diretrizes de governo e a aperfeiçoamento das análises e apresentações</i>	<p>O alinhamento prévio, quando necessário, tem sido realizado por meio das diretrizes repassadas pela administração superior da SEF ao analista responsável pela matéria.</p> <p>O aperfeiçoamento das análises e apresentações tem sido realizado, consubstanciado nas últimas notas técnicas e apresentações que passam a ser utilizadas como modelo e/ou referência.</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> <b>Implementada</b></p> <p><input type="checkbox"/> Conforme documento de auditoria</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Por meio de medidas alternativas</p> <p><input type="checkbox"/> Parcialmente, com justificativa</p> <p><input type="checkbox"/> <b>Não implementada</b></p> <p><input type="checkbox"/> Ausência de providências</p> <p><input type="checkbox"/> Medidas em curso</p> <p><input type="checkbox"/> <b>Em implementação</b></p> <p><input type="checkbox"/> <b>Excluída/não se aplica</b></p>		
8	<i>Intensificar os alertas mediante a disponibilização de relatórios ao gabinete da SEF e comunicação aos interlocutores das empresas.</i>	<p>Os seguintes relatórios foram disponibilizados aos gabinetes da SEF e/ou SCGOV: panorama da previdência complementar de 2021; principais aspectos do plano de benefícios MinasCaixa, economia Tributária com a declaração JCP em empresas dependentes; principais aspectos das operações com debentures da MGI; anuário das empresas estatais 2021.</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> <b>Implementada</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Conforme documento de auditoria</p> <p><input type="checkbox"/> Por meio de medidas alternativas</p> <p><input type="checkbox"/> Parcialmente, com justificativa</p> <p><input type="checkbox"/> <b>Não implementada</b></p> <p><input type="checkbox"/> Ausência de providências</p> <p><input type="checkbox"/> Medidas em curso</p> <p><input type="checkbox"/> <b>Em implementação</b></p> <p><input type="checkbox"/> <b>Excluída/não se aplica</b></p>	Os relatórios são apresentados quando identificados assuntos relevantes que possam contribuir ou alterar de alguma forma para os trabalhos desenvolvidos na área da governança.	
9	<i>Reforçar constantemente o rol de documentos a serem encaminhados durante a análise de elegibilidade.</i>	<p>Os analistas têm reforçado constantemente o rol de documentos, por ocasião das indicações. Esse contato ocorre por meio de telefonemas, reuniões e e-mails.</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> <b>Implementada</b></p> <p><input type="checkbox"/> Conforme documento de auditoria</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Por meio de medidas alternativas</p> <p><input type="checkbox"/> Parcialmente, com justificativa</p> <p><input type="checkbox"/> <b>Não implementada</b></p> <p><input type="checkbox"/> Ausência de providências</p> <p><input type="checkbox"/> Medidas em curso</p> <p><input type="checkbox"/> <b>Em implementação</b></p> <p><input type="checkbox"/> <b>Excluída/não se aplica</b></p>		

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA  
Controladoria Setorial

Data		Número do Relatório		Unidade Auditada	
09/08/22		022/2021		DCGE/SCGOV	
Informações do Gestor					
10	<i>Avaliar continuamente a necessidade de atualizar o padrão de notas técnicas e formulários; intensificar a revisão das análises em face da legislação; intensificar a avaliação da documentação comprobatória.</i>	Apesar das notas técnicas e formulários padronizados, os analistas têm realizado revisões e atualizações contínuas para aprimoramento das análises e documentos instruídos.	<input checked="" type="checkbox"/> Implementada <input type="checkbox"/> Conforme documento de auditoria <input type="checkbox"/> Por meio de medidas alternativas <input type="checkbox"/> Parcialmente, com justificativa <input type="checkbox"/> Não implementada <input type="checkbox"/> Ausência de providências <input type="checkbox"/> Medidas em curso <input type="checkbox"/> Em implementação <input type="checkbox"/> Excluída/não se aplica		
11	<i>Intensificar o alinhamento prévio entre critérios técnicos e diretrizes de governo; intensificar a revisão e padronização das análises.</i>	O alinhamento prévio, quando necessário, tem sido realizado por meio das diretrizes da administração superior da SEF ao analista responsável pela matéria. Os analistas têm realizado revisões e atualizações contínuas para aprimoramento das análises e documentos instruídos.	<input checked="" type="checkbox"/> Implementada <input type="checkbox"/> Conforme documento de auditoria <input type="checkbox"/> Por meio de medidas alternativas <input type="checkbox"/> Parcialmente, com justificativa <input type="checkbox"/> Não implementada <input type="checkbox"/> Ausência de providências <input type="checkbox"/> Medidas em curso <input type="checkbox"/> Em implementação <input type="checkbox"/> Excluída/não se aplica		
12	<i>Reforçar à estatal a importância da análise interna de elegibilidade de acordo com a política interna da empresa, assegurando a sua autonomia</i>	Todas as notas técnicas emitidas pela DCGE emitem diretriz para ser realizada avaliação pela unidade de controle da própria empresa.	<input checked="" type="checkbox"/> Implementada <input type="checkbox"/> Conforme documento de auditoria <input type="checkbox"/> Por meio de medidas alternativas <input type="checkbox"/> Parcialmente, com justificativa <input type="checkbox"/> Não implementada <input type="checkbox"/> Ausência de providências <input type="checkbox"/> Medidas em curso <input type="checkbox"/> Em implementação <input type="checkbox"/> Excluída/não se aplica		

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA  
Controladoria Setorial

Data		Número do Relatório		Unidade Auditada	
09/08/22		022/2021		DCGE/SCGOV	
<b>Informações do Gestor</b>					
13	<i>Criar rotina de atualização constante junto às estatais; intensificar a importância do encaminhamento das informações de forma tempestiva.</i>	Conforme orientações emitidas aos interlocutores, as estatais têm informado à DCGE eventuais vacâncias de cargos, a fim de viabilizar novos candidatos aos cargos de conselhos.	<input checked="" type="checkbox"/> <b>Implementada</b> <input checked="" type="checkbox"/> Conforme documento de auditoria <input checked="" type="checkbox"/> Por meio de medidas alternativas <input type="checkbox"/> Parcialmente, com justificativa <input type="checkbox"/> <b>Não implementada</b> <input type="checkbox"/> Ausência de providências <input type="checkbox"/> Medidas em curso <input type="checkbox"/> <b>Em implementação</b> <input type="checkbox"/> <b>Excluída/não se aplica</b>	As interlocuções têm ocorrido continuamente por meio de e-mails e contatos telefônicos, reforçando a recomendação expedida pelo CCGE por meio do Ofício Circular CCGE nº. 1/2020	
14	<i>Reforçar à estatal e órgãos envolvidos a importância da classificação e tratamento dos dados e informações considerados de acesso restrito. Intensificar alertas em documentos produzidos no âmbito da SEF sobre a necessidade de restrições de acesso.</i>	Além de classificar os processos, as notas técnicas e comunicações oficiais têm sido emitidas com classificação de restrição.	<input checked="" type="checkbox"/> <b>Implementada</b> <input checked="" type="checkbox"/> Conforme documento de auditoria <input type="checkbox"/> Por meio de medidas alternativas <input type="checkbox"/> Parcialmente, com justificativa <input type="checkbox"/> <b>Não implementada</b> <input type="checkbox"/> Ausência de providências <input type="checkbox"/> Medidas em curso <input type="checkbox"/> <b>Em implementação</b> <input type="checkbox"/> <b>Excluída/não se aplica</b>		